

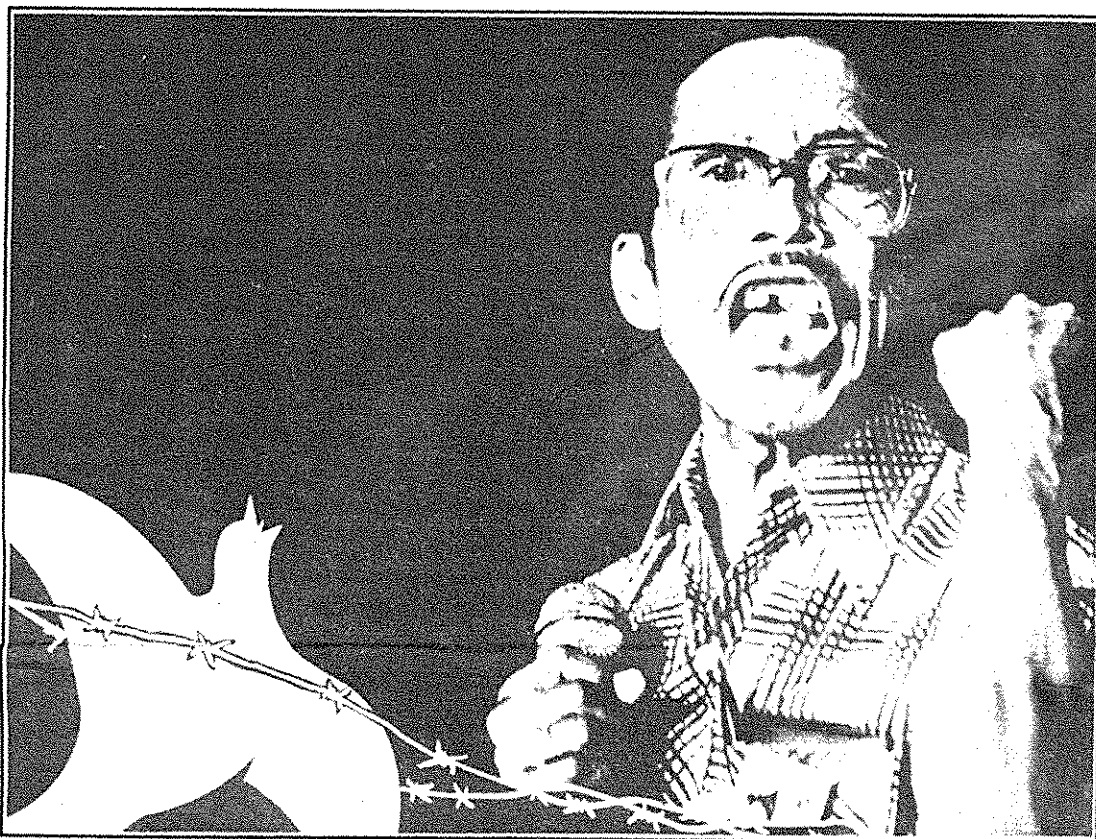
CPT Nº 135
Jun./Jul. 1996 3
Guarani U.S.I./Caso
326

n. 135
Jun./Jul. 1996

QUESTÃO INDÍGENA

STJ anula julgamento que inocentou mandante da morte de Marçal Tupã-y

Marçal Tupã-y, líder Guarani, assassinado em 25 de novembro de 1983



ARQUIVO FOTOGRÁFICO - CIMI NACIONAL

mos a acreditar que a Justiça realmente funciona e acreditamos que podemos levar o mandante novamente a julgamento e ele será condenado. Isso é uma forma de fazer justiça não só para meu pai, mas para outras lideranças indígenas como Ângelo Cretã, do povo Kaingáng (PR) e Mateus Guajajara (MA)".

O secretário-adjunto do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Roberto Antônio Liebgott, considera que a decisão do STJ foi "um grande ganho político para a causa indígena, principalmente agora, quando os povos indígenas estão sendo agredidos com medidas absurdas como o Decreto 1775/96". Ele não espera, porém, que o novo julgamento seja marcado para breve, pois o fazendeiro tem 15 dias para recorrer da decisão. "De qualquer maneira - afirma - o julgamento não poderá ser em Ponta Porã. Lá, o poder e as pressões do fazendeiro são muito grandes".

O movimento indígena obteve uma grande vitória no dia 17 de junho: o julgamento realizado no dia 29 de março de 1993, em Ponta Porã (MS) que absolveu o fazendeiro Líbero Monteiro de Lima, acusado de mandante do assassinato do líder Guarani-Kaiowá, Marçal Tupã-y, foi anulado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Três ministros aprovaram por unanimidade, o recurso especial apresentado pela filha do líder indígena, Edna Silva de Souza, solicitando que o julgamento fosse anulado.

A defesa do pedido de anulação foi feita pelo advogado Luís Eduardo Greenhalgh que representou Edna. Agora, o processo retorna para a Justiça de Mato Grosso do Sul com um pedido de desaforamento, isto é, que o julgamento seja realizado em outra comarca que não Ponta Porã, para garantir que o acusado seja julgado devidamente e sem pressão sobre os jurados.

Para a filha de Marçal Tupã-y a anulação foi uma vitória não só para o povo Guarani, mas para os povos indígenas brasileiros. "Até hoje, que eu tenha conhecimento, nenhum mandante do assassinato de uma liderança indígena foi condenado. Com a anulação desse julgamento nós volta-

Tupã-y, líder dos Guaranis

Uma das maiores lideranças indígenas no país, Marçal Tupã-y, foi assassinado no dia 25 de novembro de 1983, por volta das 21 horas, na aldeia Campestre dos Kaiowá - subgrupo Guarani -, município Antônio João (MS), onde trabalhava como enfermeiro. Ele nasceu no dia 24 de dezembro na localidade de Rincão de Júlio e desde os oito anos morava na aldeia de Dourados. Marçal ajudou a fundar a Missão Kaiowá e nela trabalhou como enfermeiro durante muitos anos.

Durante sua vida, Tupã-y foi um grande defensor dos direitos e das terras de seu povo. Por isso, era constantemente ameaçado pelo fazendeiro vizinho da área indígena, Astúrio Monteiro de Lima e por seu filho, Líbero Astúrio Monteiro. Marçal foi assassinado por dois pistoleiros e pelo capataz da fazenda de Monteiro, Rômulo Gamarra.

Cinco dias antes da execução, Marçal havia recusado uma oferta de Cr\$ 5 milhões, para facilitar a retirada dos índios Kaiowá da área Pirakuá. A oferta foi feita pelo capataz Rômulo Gamarra. Após a recusa, o líder indígena passou a ser ameaçado de forma mais ostensiva. Apesar da pressão da família, Marçal não abriu mão de sua luta. Ele dizia: "Quando morrer é para me enterrar de cabeça para baixo, ou jogar no formigueiro...o que importa realmente, é que fique na terra um pouco desse meu ideal".

O processo, contra o fazendeiro correu na Justiça de Ponta Porã, tornou-se

longo e moroso devido a intervenção dos governadores que se revezavam no cargo, e até da Procuradoria da República de Mato Grosso do Sul - que chegou a se negar, na época, a oferecer denúncia contra os criminosos. Em consequência, os pistoleiros e o capataz nunca foram julgados e presos, apenas citados no processo.

Além disso, durante sete anos, o julgamento de Líbero Monteiro de Lima foi emperrado por causa da "dúvida" dos órgãos responsáveis sobre qual a instância competente para julgá-lo: a Justiça Federal ou a Justiça comum. Neste período, várias provas que poderiam incriminar o mandante "sumiram". Assim, o fazendeiro foi absolvido por falta de provas, apesar de todos os indícios sobre quem tinha interesse e responsabilidade na morte do líder indígena.

Luta sem fim

Marçal Tupã-y sempre lutou pelo direito dos Guarani-Kaiowá sobre sua terra ancestral. A região de Grande Dourados (MS) é território tradicional do povo Guarani, mas hoje, cerca de 10 mil pessoas estão confinados em 10 áreas demarcadas num total de aproximadamente 19.520 hectares. Mais duas mil pessoas vivem dispersas em fazendas ou áreas não demarcadas.

O resultado da falta de terra e da pressão exercida sobre os grupos indígenas tem

sido terrível: desde 1986, os Guarani-Kaiowá estão se suicidando. Um suicídio que não faz parte de sua cultura, e que no ano passado atingiu um triste recorde: 55 índios, a maioria entre 15 e 25 anos, preferiram morrer a enfrentar uma vida sem perspectivas. Na aldeia de Campestre, onde Marçal Tupã-y foi assassinado, 350 índios vivem confinados em nove hectares. De 1986 até agora, 247 Guarani-Kaiowá cometeram suicídio.

O que está preocupando o Cimi é que outros povos que não têm o suicídio como parte de sua cultura, a exemplo dos Guarani-Kaiowá, também estão se matando. Em 1994, houve nove casos de suicídio entre os Tikuna (AM) e, ano passado, mais um caso. Vale lembrar que na área onde vivem, município de Benjamin Constant, ocorreu um massacre no dia 15 de março de 1988, quando foram assassinados 14 Tikuna. É uma área invadida por fazendeiros e sob grande pressão. Em 1994, também houve um caso de suicídio entre os Wapixana (RR) e outros entre os Kaipuna (AP).

A violência contra os povos indígenas não se resume ao assassinato. Eles morrem de doenças levadas pelos não índios - como é o caso dos Yanomami (RR) - e por falta de tratamento adequado de saúde, numa clara omissão da Funai. Eles são atropelados por veículos que trafegam por estradas que cortam suas terras. Eles se matam porque não podem suportar viver sem a terra.